

14 AGO 1994

# A negociação da dívida em clima de incerteza

Se o FMI tivesse programado a vinda da sua missão para um momento político interessante, não teria acertado com tanta precisão. Os técnicos do organismo internacional acabaram desembarcando no Brasil exatamente no momento em que o quadro sucessório fica definido, e poderiam até, se esse fosse o seu objetivo, começar a colher elementos sobre as idéias, planos e intenções prováveis do futuro governante do País, pois a avaliação está agora restrita a apenas duas pessoas: Tancredo e Maluf.

É claro, porém, que esse trabalho, se existir, será feito no mais absoluto sigilo e à margem e de maneira completamente independente da tarefa principal e oficial que é de dupla natureza: dar um parecer sobre o último capítulo do programa de ajuste econômico para o Brasil, assinado no início deste ano com metas definidas até setembro, e definir as novas metas para dezembro e março do ano que vem. Talvez seja possível esboçar um esquema para depois daquela data, mas apenas em caráter teórico e muito preliminar, pois ele exigiria uma apreciação pelo futuro presidente ou por sua equipe de assessores econômicos, o que nem é imaginável por enquanto.

Pelas declarações que temos ouvido até o momento, das atuais autoridades econômicas, não devemos contar, nas negociações que ora se iniciam, nem com inovações significativas nem com favorecimentos excepcionais.

Lembramos que gostaríamos de ter, nessa questão, pelo menos duas definições importantes: a primeira, de que haverá, no ano que vem, uma folga financeira maior, que permita lançar as bases de uma política de retomada do crescimento; a segunda, de que o próprio problema do endividamento externo vai receber tratamento novo por parte dos credores, capaz de gerar confiança e maior segurança para o futuro.

Ora, não vemos condições no momento senão para o primeiro dos objetivos, para a primeira das definições, e nos devemos dar por satisfeitos se ele for obtido.

Temos visto nossos atuais negociadores dizerem basicamente duas coisas: que a atual rodada de negociações é de responsabilidade inteira e exclusiva do governo Figueiredo; que o horizonte deles não vai além de março do ano que vem.

Não há motivo para supor que estejam blefando ou escondendo alguma informação. De fato, a responsabilidade tem de ser inteira e exclusiva do governo Figueiredo até mesmo no interesse do próximo governante, que se sentirá, então, mais desembaraçado para enfrentar essa questão nos termos que lhe pareçam mais convenientes — que podem até ser semelhantes aos do atual governo, mas assumidos então de livre e espontânea vontade e não por antecipação. Por outro lado, o fato de os atuais negociadores estarem insistindo em que o horizonte deles não vai além de março do ano que vem pode significar que a chamada sexta carta de intenções, ou seja, aquela que vai definir as próximas metas do ajuste, abrangerá apenas um período de seis meses a contar de outubro próximo. O que, por sua vez, significa que o novo presidente assumirá na contingência de ter de negociar imediatamente as metas de ajuste para o período subsequente; assumirá praticamente com uma missão do FMI aqui dentro avaliando o cumprimento da sexta carta e esboçando a sétima.

É claro que as coisas não precisariam ser necessariamente assim. Poderia haver maior continuidade nessa questão se por acaso o governo atual tivesse entendido desde o início que o problema da dívida externa é um problema nacional, no sentido de que a Nação toda precisa estar empenhada na sua solução e comprometida com o seu andamento. E tivesse agido em consequência, isto é, designando, como tantas vezes foi sugerido, um ministro plenipotenciário e suprapartidário para lidar com a questão, com mandato não apenas do Executivo, mas do Legislativo também e das representações políticas do País. Esse ministro plenipotenciário teria, agora, melhores condições não apenas para estar negociando no Exterior, mas também no plano interno, com os dois candidatos à Presidência, a natureza e a continuação do seu trabalho no ano que vem.

A opção por manter as coisas intramuros, isto é, dentro do círculo palaciano, certamente deu mais liberdade aos atuais negociadores e ao próprio governo, mas não atendeu da melhor forma aos superiores interesses da Nação, que agora se depara com nova incerteza numa frente que parecia ter-se acomodado.

Essa incerteza é inevitável. Conforme disse o ministro Delfim Neto, em confidência, a um dos nossos redatores, seria desejável negociar com o FMI e com os credores num quadro de maior segurança, presente e futura, ou seja, sabendo não só o que pôr na mesa em nome do atual governo, mas também em nome do próximo governo. E os credores certamente gostariam de ter diante de si interlocutores que não apenas falassem até março de 1985, mas além de março de 1985. Todavia, ele próprio diz, naquela sua linguagem peculiar, que "este é o mundo imaginário. O mundo em que vivemos não é assim. É feito de incertezas mesmo, e é com elas que vamos negociar".

Bem, neste mundo de incertezas cabe-nos pelo menos, e aos atuais negociadores, assegurar, dentro do mesmo tipo de pacote financeiro que vem sendo padrão há dois anos, melhores condições, o que quer dizer um pouco mais de "dinheiro novo" além do estritamente necessário, e redução dos spreads e até mesmo dos juros.

Isso não é difícil. E, mesmo com a perspectiva de mudança de governo, pode ser obtido, uma vez que, como já vimos, os dois candidatos à Presidência estão sendo bastante prudentes nas suas declarações sobre o assunto, nada tendo dito ainda capaz de assustar credores. A incerteza reside não na armação de mais um pacote convencional, mas de um novo esquema de solução e na competência do futuro governo para negociá-lo. E essa é uma incerteza de que só nós livraremos mesmo com a posse do futuro presidente.